



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA – ANO DE 2026

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Câmara Municipal de Tamarana, Estado do Paraná, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente Renan Leal declarou aberta a 11ª Sessão Ordinária da atual legislatura. Na sequência, convidou a todos para, em pé, realizarem a oração do Pai Nosso, a qual foi proferida por todos os presentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se à apreciação da ata da 10ª Sessão Ordinária, sendo colocada em votação e aprovada por unanimidade, com oito votos favoráveis dos vereadores presentes. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Primeiro Secretário, vereador Edson de Souza, para leitura das matérias do expediente. Foram lidos os seguintes documentos: Ofício nº 127/2026, do Gabinete da Prefeita, solicitando dilação de prazo para resposta a requerimentos; Ofício nº 128/2026, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 12/2026 para adequações; Ofício nº 129/2026, que reencaminha o referido projeto com pedido de tramitação em regime de urgência. Foi apresentado requerimento do Executivo solicitando urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 20/2026, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Esporte (FME) e do Conselho Municipal de Esporte (COMESP). Após leitura e justificativa, o pedido de urgência foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, com oito votos favoráveis. Na sequência, procedeu-se à leitura do Projeto de Lei nº 20/2026, que trata da criação do Fundo Municipal de Esporte e do Conselho Municipal de Esporte, estabelecendo suas finalidades, receitas, forma de aplicação dos recursos, estrutura administrativa e atribuições do conselho. Dando continuidade, foram lidos os Ofícios nº 131, 132 e 135/2026, contendo respostas do Executivo a requerimentos dos vereadores, incluindo informações sobre emendas impositivas, uniformes escolares e sinalização viária no município. Foram ainda apresentadas e apreciadas as seguintes indicações: Indicação nº 71/2026, de autoria da vereadora Jislaine Pereira Ferraz, referente à aplicação de legislação municipal; Indicação nº 72/2026, sobre aquisição de equipamentos de informática para aulas de robótica; Indicação nº 73/2026, retirada pelo autor; Indicação nº 74/2026, do vereador Renan Leal, solicitando substituição de tampas de bueiros; Indicação nº 75/2026, da vereadora Valdenice Gouveia, sobre inclusão de profissionais fonoaudiólogos na rede municipal; Indicação nº 76/2026, sobre inclusão de psicopedagogos; Indicação nº 77/2026, do vereador Tega Fabiano, solicitando pavimentação e galerias pluviais no Parque Industrial; Indicação nº 78/2026, da vereadora Valdenice Gouveia, solicitando limpeza em área escolar; e Indicação nº 79/2026, do vereador Nego do Levi, solicitando melhorias em via pública. Todas as indicações foram deferidas, exceto a nº 73, que foi retirada. Passando à palavra livre, fizeram uso da tribuna os vereadores: Vereador Baixinho Pedreiro: Embora não tenha feito um discurso longo focado em novos temas, ele foi mencionado pelo presidente como um dos vereadores que, além de legislador, é um trabalhador (na área de obras) que gera empregos e parcerias na cidade. Vereadora Professora Valdenice: Fez agradecimentos à equipe de educação pela criação de uma nova sala de recursos multifuncional voltada à educação especial. Reiterou o pedido para a contratação de profissionais de fonoaudiologia, destacando que apenas um profissional é insuficiente para atender a demanda de linguagem e alfabetização da rede municipal. Solicitou a retirada de entulhos e a

roçada da vegetação ao redor da Escola Taeko, mencionando que a falta de uma quadra adequada exige que o pátio esteja em boas condições para os alunos . Em sua fala como líder da situação, defendeu a gestão municipal contra ataques da oposição, citando o andamento documental do processo licitatório do terminal urbano, orçado em aproximadamente R\$ 1 milhão Vereador Renan Leal (Presidente): Incentivou a divulgação de parcerias entre a Câmara e entidades como "Desenvolve Tamarana" e ACITI para eventos locais .Pedi que os vereadores se antecipem nas inscrições para a palavra livre e requerimentos para evitar atrasos nas sessões . Defendeu a aplicação de recursos da COZIP para iluminação pública em bairros periféricos e assentamentos, visando dar mais segurança aos moradores que já pagam a taxa de iluminação . Propôs o uso de parcerias público-privadas para a instalação de cadeiras na arquibancada da quadra poliesportiva Sérgio Suzukawa, sem gerar custos diretos ao município. Vereadora Jislaine Pereira: Parabenizou o município e a gestão pela valorização do turismo em Tamarana, citando o potencial esportivo e as belezas naturais da região. Justificou seu requerimento sobre a poda de árvores e transparência em obras públicas, afirmando que o papel do vereador é assegurar a legalidade e eficiência da gestão. Mencionou que o requerimento de informações é um instrumento formal necessário para passar transparência à comunidade Vereador Analto do Incrão: Criticou a falta de competência e planejamento na pasta de obras, afirmando que os problemas com maquinários e manutenção deveriam ter sido previstos e resolvidos "há anos" . Expressou descrença em planos de melhoria futura, afirmando que "é só Deus na causa" em relação à gestão atual. Vereador Edson de Souza: Manifestou tristeza e indignação com o estado da limpeza pública, citando lixo acumulado nas ruas e cachorros rasgando sacos. Classificou a justificativa de que o caminhão de lixo estragou como uma "falta de respeito com a população" e cobrou maior planejamento administrativo. Vereador Tega Fabiano: Reafirmou seu papel fiscalizador, mencionando que já apresentou e continuará apresentando denúncias ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público quando necessário . Defendeu que "legislar é fiscalizar e dar transparência", reforçando que o vereador não deve ser apenas uma extensão da prefeitura. Dando sequência aos trabalhos, passaram-se à discussão dos requerimentos: Requerimento nº 27 de 2026 Processo: Autora: Professora Valdenice Solicita informações sobre poda de árvores no município de Tamarana. Requerimento nº 28 de 2026 Processo: Autor: CVOPT - Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes Informações sobre a doação de ônibus para transporte de passageiros à Associação dos Moradores da Terra Indígena Apucaraniha. Requerimento nº 29 de 2026 Processo: Autor: CVOPT - Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes Solicitação de informações detalhadas sobre obras públicas Município de Tamarana. Requerimento nº 30 de 2026 Processo: Autor: Renan Leal Requer informações ao Poder Executivo acerca da disponibilização de iluminação pública no Bairro Serraria, no Assentamento Água da Prata e Acampamento Mandela, mais precisamente na estrada mestre no perímetro das unidades básicas de saúde. Requerimento nº 31 de 2026 Processo: - Autor: Renan Leal Requer informações ao Poder Executivo acerca da possibilidade instalação de cadeiras (assento) na arquibancada da quadra poliesportiva Sérgio Yamasaki Suzukawa. Leitura do requerimento nº 032 da vereadora professora Angélica, pedindo informações sobre a não prestação de contas do último trimestre do ano de 2025 do exercício de 2026 até a presente data referente a casa legislativa, então, o requerimento assim como preve o artigo do o 185 do regimento interno, eu defiro o requerimento da vereadora, **Renan:** Não, eu não, o regimento. **Angélica:** Senhor presidente, mas todos os requerimentos têm direito ao debate. **Renan:** Não. **Angélica:** Todas as matérias. E qual o motivo. É de interesse da população é dinheiro público que está investido na obra. Mas o senhor vai me negar o direito, assim como todos tiveram o direito de debater. E o

senhor vai me tirar o direito de debate e dar as informações e a discussão?

Renan Eu vou dar as informações, já deferi, vou dar as informações. **Angélica:** Mas o senhor vai me negar o direito a fazer o uso ? do debate e da discussão?

Renan: Eu não vou negar, não. **Angélica:** O senhor está negando? Eu não posso fazer isso de debate assim como todos fizeram até o momento? **Renan:** Eu não estou. É o regimento. **Angélica:** Ah, o senhor vai me tirar o direito. O senhor está me negando ao direito. **Renan:** não é o regimento, não, não estou negando o direito. **Angélica:** O senhor pode e deve. Porque o regimento. Aqui, como todos os outros vereadores, teve o direito do debate e a discussão. Qual que é o medo, senhor presidente, de usar a fala para debater uma pauta tão importante para a população? **Renan:** Não tenho medo nenhum, vereadora. O artigo 185 serão escritos sujeitos a despacho do presidente os requerimentos que solicitarem. Informação de caráter oficial sobre atos da mesa ou da Câmara. Então, diz o seguinte, que é o presidente despacha. Eu já defiri. **Angélica:** Vou procurar meu direito mais uma vez, seu presidente, para o senhor me tirar o direito de debate. Como todos os vereadores têm o direito de debater seus requerimentos. Não, é dinheiro público. Dinheiro público investido numa obra. Desde 2018. Vamos buscar os meus direitos. Muito obrigado pela sua negativa, por negar o meu direito de vereadora, representante da população. Eu estou aqui representando a população. Como todos os vereadores, eu tenho o direito de debater todos os assuntos. Dinheiro público dinheiro da população. Então, o senhor me negou o direito de debate e que eu possa trazer essa discussão. **Renan:** neguei nada não, a senhora poderia falar na tribuna na palavra livre. **Angélica:** Posso fazer uso? Posso fazer uso? **Renan** o regimento não permite **Angélica:** Então o senhor está me negando. **Renan:** Eu não o regimento, **Angélica:** todo mundo, todos os vereadores fizeram uso da palavra. Usaram a discussão para o momento e o senhor está me negando o direito. Qual é a perseguição? Por que o senhor não me dá o direito de fazer uso? da qual eu fui eleita, de fazer o meu trabalho como vereadora. **Renan:** não nenhuma perseguição. **Angélica:** Há algum indício! Há alguma corrupção! Por quê? **Renan:** não ha nenhuma corrupção. **Angélica;** Mas, dentro da nova obra, por que o medo, senhor presidente, que o senhor não fez essa prestação de conta desde o ano de 2025. **Renan:** apresentaremos no primeiro quadrimestre de 2026. **Angélica:** O senhor não prestou conta em plenário para que a população tivesse acesso. Não. O senhor não apresentou a última, últimos recursos utilizados naquela casa. Então eu vou notificar o Ministério Público e vou pedir para que meus direitos enquanto vereadora de respeitado nessa casa. Vou buscar o meu direito. **Renan:** não tem problema. **Angélica:** Porque todos os vereadores debateram e a população há de saber disso através das redes sociais. Por que esta casa não tem que esconder da população aquilo que não está sendo feito e esclarecido. Dinheiro público, mais de 1 milhão e 400 investidos numa obra que não tem fim, que não teve solução, com vários pareceres. Requerimentos que não foram contundentes com respostas a nós vereadores. E daí vocês querem. Os senhores querem cobrar. Do Executivo, aquilo que o senhor não faz nessa casa, que cumprir com a sua responsabilidade com a transparência de dados, e o senhor está me tirando o direito de debater o requerimento? **Renan:** não, não estou tirando o direito da senhora não o regimento, não permite. **Angélica;** O senhor então me deixe falar, me deixe fazer o meu discurso, como todos os vereadores aqui tiveram. **Renan:** qual o artigo do regimento que permite a senhora discutir esse tipo de requerimento. **Angélica:** O senhor não me deixa falar. O senhor está me negando o direito institucional dessa casa. Eu tenho o direito, enquanto vereadora, de fazer a minha discussão. Então o senhor será notificado através do Ministério Público. Tem medo, né? Tem medo, né? Quando a pessoa deve, é assim. **Renan:** A senhora tem que provar que devo ta vereadora, a senhora tem que provar ta. A senhora tem que provar que eu devo.

Angelica: O senhor acabou de provar, me negando o direito de esclarecer ou do senhor ter o esclarecimento da tribuna. **Renan;** A senhora tem que provar que eu devo. A senhora tem que provar que eu devo. **Angélica:** por que o senhor me negou esse e direito, porque vários presidentes dessa casa negaram resposta. Vamos provar. Vamos provar porque o senhor está me negando. **Renan:** eu não estou negando nada, vai lá. **Angélica** O senhor esta negando o meu direito de fala direito de fazer o meu, a minha fala, a minha discussão. **Renan:** A senhora desconhece o regimneto interno desta casa. **Angelica:** Não, quem desconhece os direitos da população e o meu direito é o senhor. **Renan:** a senhora desconhece o regimneto interno desta casa. **Angélica:** O senhor desconhece, o senhor abuso de poder, abuso de poder, como todas as presidências que passaram nessa casa. Estão respondendo na justiça. **Renan:** tudo bem! **Angélica:** Muito obrigado, senhor presidente, pelo seu ato de inconstitucionalidade dentro dessa casa, de não ser transparente e não prestar esclarecimento à população. Vai responder, vai responder, por seus atos. **Renan:** Claro que eu vou. **Renan:** segue lendo o Projeto; Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 10 de 2026. De autoria do Executivo Municipal. Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura do decreto adicional suplementar. Na sequência, foi solicitada vistas pelo prazo de 15 (quinze) dias pelo Vereador Tega Fabiano ao -Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 10 de 2026 Processo: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 1616/2025, bem como a adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1615/2025 e da Lei do Plano Plurianual nº 1610/2025. Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 11/2026, de autoria da Prefeita Municipal, Sra. Luzia Harue Suzukawa, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária nº 1.616/2025, bem como proceder à adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.615/2025 e do Plano Plurianual nº 1.610/2025. Logo após a vereadora Jislaine Pereira Ferraz também solicita vistas no projeto -Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 2 de 2026 Processo: - Autor: Renan Leal Estabelece normas gerais sobre veiculação de publicidade nos espaços esportivos públicos do Município de Tamarana e dá providências. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, da qual, para constar, eu, Renan Leal do Amaral, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, será devidamente assinada.

Plenário da Câmara Municipal de Tamarana, 27 de abril de 2026.

Presidente _____

